

Apresentação

AGEMIR BAVARESCO

EDUARDO GARCIA

O número 2 do volume 6 da Revista Opinião Filosófica dedica-se ao tema “Leituras da Lógica de Hegel”. O número compõe-se de cinco seções: Temática, Varia, Dossiê, Tradução e Resenha.

A “seção temática”, organizada por Federico Orsini compõe-se dos seguintes artigos:

Dando início ao número, Alberto Siani, em *“Hegel’s Logic and Narration of Contingency”*, demonstra que o fundamento lógico da filosofia do real de Hegel não pode ser abandonado sem que se prejudique o potencial da sua filosofia de contribuir aos debates filosóficos contemporâneos. Para isso, por meio da defesa de um conceito forte de contingência em Hegel – com o mesmo peso e a mesma dignidade lógica e metafísica que o conceito de necessidade –, e do reconhecimento, por parte de Hegel, da necessidade da narração não-filosófica da contingência, Siani fornece evidências à tese de que a construção dogmática da filosofia da história de Hegel pode ser atenuada pela referência ao seu entendimento da contingência.

No segundo artigo da seção temática, *“The Logic of Subsumption: an elective affinity between Hegel and Marx”*, Eric-John Russell propõe uma leitura das “afinidades eletivas” – i.e., uma leitura que visa “estabelecer comparações racionais com as quais delinear o elemento decisivo da crítica da economia política: como o trabalho pode ser logicamente tanto o resultado quanto a pressuposição do capital” – entre a “Ciência da Lógica”, de Hegel, e o volume I de “O Capital”, de Marx, com ênfase à categoria da ‘subsunção’. No artigo, Russell demonstra que a subsunção da externalidade entre sujeito e predicado na forma do juízo da lógica hegeliana do conceito compartilha uma afinidade conceitual com a teoria marxiana da subsunção formal e real do trabalho sob o capital.

Em *“Is It Possible to Construct a Non-Metaphysical Hegelian Concept of Person?”*, Lauri Kallio examina o papel da personalidade no sistema de Hegel, discute a relação entre metafísica e tal personalidade em Hegel e contrasta-os com o modo como Kant, Fichte e o do hegeliano finlandês J.V. Snellman (1806–81) formularam o problema. Para Kallio, dentro do arcabouço dos trabalhos de Hegel, é possível formular diferentes definições de pessoa e personalidade, algumas delas conflitantes, apresentadas entre hegelianos durante as décadas de 1830 e 1840. No artigo, o autor indica também a importância da lógica à metafísica hegeliana e a sua concepção de personalidade.

O quarto artigo da seção temática, *“El Concepto de Límite como Indicador de la Maduración de la Lógica Hegeliana”*, de Leonardo Mattana, expõe os conceitos de “limite” conforme desenvolvidos por Kant, Fichte e Hegel. Para Mattana, na *“Ciência da Lógica”*, *“Hegel invierte la dinámica kantiana del límite y también trasfigura la aportación fichteana”*. Para o autor, ademais, esse problema do limite relaciona-se àquele da *“construcción de la identidad, ya que, como vemos en el mismo Kant, el límite implica siempre un sujeto con el que él se relaciona”*, sendo justamente a problematidade desse sujeito kantiano que gera um limite excludente, i.e., um limite que divide as faculdades do sujeito ainda que não tenha um conceito claro de sujeito. Na análise de Mattana, Fichte e, de maneira mais patente, Hegel, por outro lado, representam um ponto de inflexão na medida em que *“a través de la autoposición del sujeto como acción de hecho”* dão lugar à determinidade, sendo Hegel aquele que *“revela cómo el límite tiene un gran potencial a la hora de elaborar el concepto de identidad, trasfigurando las identidades fijas y dando lugar a otras nuevas”*.

Em *“The Opening of Hegel’s Logic and The Empty Possible World”*, por sua vez, Marco Simionato mostra que uma leitura da lógica de Hegel baseada em mundos possíveis – particularmente na rejeição de um mundo possível absolutamente vazio – pode fornecer confirmação à tese hegeliana de acordo com a qual a noção de ser puro implica a noção de ser determinado. Para isso, Simionato retoma o desenvolvimento hegeliano do ser puro ao ser determinado através da interpretação de Stephen Houlgate da abertura da lógica de Hegel para depois se debruçar sobre a noção de mundo possível. No artigo, Simionato também analisa a implicação da noção de ser

determinado através dos mundos possíveis e, através da substituição da autocontradição do vir-a-ser pela a rejeição de um mundo vazio e argumento que tal operação respeita fundamentalmente a dialética hegeliana. Por fim, o autor analisa algumas objeções possíveis a essa tese de que substituir a categoria do devir pela a noção de mundo vazio melhora o projeto de Hegel de um começo sem pressuposições.

Em “O Problema da Metafísica em Kant e Hegel: Duas Investigações sobre o Incondicionado”, Marloren Miranda investiga como Hegel reformula o problema do incondicionado. No artigo, Miranda contrasta Kant e Hegel na medida em que para Kant, apenas com a razão pura teórica, é impossível, para nós, conhecer o incondicionado. Hegel, por sua vez, à despeito de seguir os passos da revolução kantiana, considerou o incondicionado não mais como algo que transcende ao nosso conhecimento teórico e que deveria ser tomado como uma hipótese, mas como algo que é imanente ao conhecimento e que deve ser puramente investigado, a saber, o absoluto.

Encerrando a seção temática, “*When Darkness Falls: Vision, Thought, and Contradiction in Hegel’s Science of Logic*”, Ryan Johnson analisa os conceitos de visão, pensamento e contradição a partir do papel que desempenham na primeira metade da “Ciência da Lógica” e os relaciona aos “Pleiades”, de James Turrell. No artigo, Johnson progride através do artigo com pensamento e visão como um “duplo norteador” a fim de chegar ao seu conceito de contradição, onde Johnson mostra a sua “natureza explosiva”. Para o autor, isso permite ver como Hegel invoca o “poder” da contradição para gerar a segunda metade da sua “Ciência da Lógica”.

A seção “Dossiê” do presente número debruça-se sobre a “Ciência da Lógica” de Hegel, mais especificamente, sobre a Doutrina do Conceito, e seus artigos foram elaborados a partir do Seminário “Lógica do Conceito de Hegel: Conceito, Juízo e Silogismo Parte II”, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS, ocorrido no segundo semestre de 2015.

O primeiro artigo do dossiê, “Perspectivas de Identidade e Diferença no Conceito Hegeliano através das Figuras do Silogismo”, de Camila Palhares Barbosa, apresenta a doutrina hegeliana do conceito, especialmente a figura do silogismo, a fim de demonstrar como Hegel chega a sua totalidade através da identidade e diferença. No artigo, a autora também aponta como a figura

do outro, através das figuras do silogismo e quando mediada pelo meio termo, é fundamental à constituição da unidade do ser.

Em “O Silogismo do Ser-Aí e o Direito Abstrato: Sobre A Insuficiência da Imediatidade”, Henrique Raskin estabelece uma relação entre o silogismo do ser-aí, da “Ciência da Lógica”, com o Direito Abstrato, da Filosofia do Direito. No artigo, Raskin compara as quatro figuras formais do silogismo aos quatro momentos centrais do Direito Abstrato – pessoa, propriedade, contrato e ilícito/direito: para o autor, a relação S-P-U, da primeira figura do silogismo, explicitará o conceito de pessoa; a relação P-S-U compreenderá a condição universal de proprietários; a relação S-U-P admitirá uma relação universal entre a singularidade e a existência idêntica da vontade nos outros; e a relação U-U-U exporá a universalidade do direito, cuja determinação não mais aceitaria motivações de ação singulares e/ou particulares. Para Raskin, ademais, ao abordar as relações contratuais entre proprietários, Hegel estaria, sobretudo, ‘jogando’ com os mesmos termos ‘singularidade’, ‘particularidade’ e ‘universalidade’ que já anteriormente, em sua obra, haviam sido trabalhados, sobretudo na Ciência da Lógica.

O artigo de Nelson Fossatti, “Traços da Dialética no Silogismo Recepcionado pela ‘Ciência da Lógica’ de Hegel”, faz uma reflexão sobre a dialética que envolveu o silogismo até ser recepcionado por Hegel na Ciência da Lógica. Conforme lembra Fossatti, ainda que Aristóteles seja uma referência no silogismo do entendimento em Hegel e que seu interesse fosse investigar como o silogismo categórico poderia responder as várias ciências através das premissas do conhecimento científico, o silogismo recebe ali um tratamento matematizado, apodítico e quantitativo com uma abstração da qualidade, ao passo que, para Hegel, o silogismo deve permitir responder e provar uma conclusão pelo conhecimento, não mediada pela ciência e seu conteúdo deve ser determinado pelo conceito e não o conteúdo pelo empírico.

O primeiro artigo da seção *Varia*, “Saúde e Conflitos de Interesses a partir da Bidimensionalidade da Justiça e da Paridade de Participação de Nancy Fraser”, de Agemir Bavaresco e Francisco Jozivan Guedes de Lima, investiga a relação entre saúde e conflitos de interesses a partir da concepção bidimensional de justiça e da paridade de participação de Nancy Fraser. Para os autores, a bidimensionalidade da justiça pressupõe a articulação entre o modelo da redistribuição econômica de bens básicos e o modelo do

reconhecimento de coletividades e a paridade de participação constitui o cerne da justiça bidimensional e, em termos práticos, prevê a inclusão de coletividades excluídas do acesso a direitos básicos para uma vida digna.

O artigo de Roberto Robaina, “A Filosofia e a Ideia Comunista em Alain Badiou”, apresenta uma discussão sobre o significado da filosofia na obra de Alain Badiou apoiando-se em Louis Althusser a fim de refletir sobre a persistência da filosofia através do tempo. O argumento central de Robaina, então, é que a filosofia pode ser conservadora ou revolucionária e que sua marca é a de um ato singular, uma escolha, uma decisão, tendo como base uma argumentação racional. Robaina encerra o artigo apresentando, então, qual o conceito que relaciona a filosofia à política na obra de Alain Badiou, mostrando que este conceito, como a filosofia, persistiu através do tempo.

Em “Entre a Ação e a Especulação: o Papel do Corpo em Matéria e Memória”, de Diôgo Costa Fernandes, apresenta a discussão de Henri Bergson sobre o papel do corpo no primeiro capítulo de “Matéria e Memória: Ensaio sobre a Relação do Corpo com o Espírito” norteando-se pelo estudo da percepção. No artigo, o autor vai da abordagem da contribuição do sistema nervoso na transmissão dos estímulos recebidos dos objetos exteriores ao corpo humano até à explicação de o que seria a percepção em seu estado mais puro. Fernandes também apresenta uma das principais conclusões de Bergson quanto ao papel do corpo à vida do ser humano: o corpo tem uma função ativa, não sendo destinado à especulação. Por fim, o autor do artigo debruça-se sobre uma reconstrução da argumentação de Bergson, a partir de uma estratégia hermenêutica, detalhando os principais argumentos do autor quanto ao papel do corpo em Matéria e Memória.

O artigo de Eli Vagner Rodrigues, “Niilismo, Ressentimento e Patologia: A filosofia de Schopenhauer como Sintoma da Decadência Cultural Europeia Segundo a Crítica de Friedrich Nietzsche”, aborda o problema da relação entre o ressentimento e a formação dos juízos morais na obra de Schopenhauer a partir da leitura de Nietzsche de que existe, na ética ocidental, um enfraquecimento das posturas afirmativas da vida como resultado de uma decadência fisiopatológica que influencia a ordem dos juízos morais sobre a existência humana. Na leitura que Rodrigues faz de Nietzsche, a ética niilista de Schopenhauer seria um exemplo de uma

desagregação dos instintos afirmativos vitais configurando-se por isso como uma moral da fraqueza e, conseqüentemente um sintoma da decadência cultural europeia.

Em “Da Ruptura ao Acontecimento: Bachelard, Canguilhem e Foucault”, Gabriela Menezes Jaquet propõe uma problematização da concepção de acontecimento conforme essa é pensada na filosofia francesa contemporânea e, sobretudo, na história da ciência. No artigo, a autora norteia-se pela compreensão das abordagens de Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Michel Foucault – principalmente no que concerne às noções de “ruptura epistemológica” e “ideologia científica” em sua articulação com as características do acontecimento pensadas por Foucault. Jaquet parte de duas concepções de história que, apesar das suas concordâncias, acabam por se diferenciar – uma, a história descontinuista das rupturas epistemológicas, outra, a história arqueológica dos acontecimentos. Para Jaquet, a partir da análise dessas duas concepções, poderemos compreender não só a especificidade do trabalho de cada um destes autores, mas visualizar o que a categoria de “acontecimento” pôde, via Foucault, trazer de novo para a história da ciência.

Em “Os Paradigmas da Lei no Pensamento de Hannah Arendt”, Gustavo Jaccottet Freitas analisa a legitimidade jurídica dos atos políticos na medida em que se vinculam ao problema da Lei em obras de Hannah Arendt, como “Origens do Totalitarismo”, “Sobre a Revolução” e “Eichmann em Jerusalém”. No artigo, Jaccottet contextualiza o pensamento dessa autora no regime Nazista, mas nota que “o genocídio, a tortura e a privação imotivada da liberdade já eram praticadas antes mesmo da antiguidade, porém não da maneira como o Regime Totalitário fez uso dessas ações ilícitas”. Em outras palavras, “um único regime político foi capaz de conjugar uma série de práticas contrárias à dignidade da pessoa humana, de forma a negar a própria personalidade jurídica do ser humano”. Para Jaccottet, “[a] engenharia usada para criar fábricas de morte, os sistemas de logística para o transporte de pessoas para essas fábricas e a maneira de como elas eram exterminadas e depois ‘esquecidas’ tinha uma função institucional no corpo político guiado por Adolf Hitler”.

Em “A Discussão Acerca Da Pobreza Eclesiástica e o Seu Papel No *Defensor Pacis* De Marsílio De Pádua”, Lucas Duarte Silva apresenta algumas

das principais características e conceitos envolvidos no debate acerca da pobreza e mostra como Marsílio de Pádua entende a pobreza evangélica no seu pensamento eclesiástico-político. O objetivo de Silva é analisar com Marsílio de Pádua compreendeu a questão da pobreza em seu projeto de desmantelamento do absoluto poder papal, exposto no *Defensor Pacis*, de 1324. No artigo, Silva enfatiza o modo como esse filósofo entende o voto de pobreza como o verdadeiro ideal de vida apostólica e necessário para que os clérigos cumpram a sua função pedagógica na sociedade; ao mesmo tempo em que não possuem *dominium* nem poder coercivo no plano terreno.

A seção Varia encerra-se com o artigo de Jorge Luís Carneiro Lopes, “A Política como Fundação de uma Comunidade Ecológica em Feuerbach”, mostra que, que, no pensamento de Feuerbach, a política estabelece uma mediação entre o homem e a natureza, na medida em que pressupõe uma postura ética do homem frente ao mundo natural na formação de uma comunidade de todos os seres vivos. No artigo, Lopes enfatiza, no pensamento feuerbachiano, a reconsideração da natureza, outrora perdida no cristianismo. Para ele, o resgate da natureza levado a cabo pela política feuerbachiana confere-lhe um caráter de autonomia, “considerando-a fundamento do homem, que, por sua vez, se põe como ser dependente da natureza, através de sua realização política, no âmbito do Estado, sendo que, através da política, o homem torna-se, simultaneamente um ser de consciência naturalista, isto é, reconhecedor de si mesmo como um ser eminentemente natural”.

A seção Traduções apresenta o artigo “A Efetividade do Pensar”, de Alfredo Ferrarin, traduzido do inglês para o português por Federico Orsini.

O número encerra-se com a obra “Direito Humano à Comunicação: pela democratização da mídia”, de Pedrinho Guareschi, resenhada por Wellington Araújo Silva.